ADunesp viaNET

Nº 54
12/3/2015

Data-base 2015

Fórum das Seis encaminha pré-pauta para a segunda rodada de assembleias

As entidades que compõem o Fórum das Seis realizaram uma reunião na segunda-feira, 9/3, para discutir os informes vindos da primeira rodada de assembleias da data-base 2015. A representação da Adunesp expôs todos os indicativos surgidos nas assembleias realizadas na base dos docentes da Unesp.

A reunião do Fórum das Seis debateu item a item da Pauta Unificada do ano passado, fazendo as inserções/alterações/supressões sugeridas, sempre a partir de uma posição consensual entre as entidades. Em anexo a este boletim, segue arquivo com a pré-pauta 2015, contendo em destaque todos os itens alterados.

Não houve consenso no item relativo à composição da reivindicação salarial, no item a2). Assim, duas posições estão sendo remetidas à segunda rodada de assembleias, para que as categorias se posicionem (veja no quadro abaixo).

Proposta 1: a2) Reposição salarial na data-base para docentes e servidores técnico-administrativos das três universidades e do Centro Paula Souza, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período maio/2014 a abril/2015. Nova negociação salarial em setembro/outubro 2015.

Argumento: dado o contexto da arrecadação do ICMS, reivindicar a reposição inflacionária e focar na necessidade de avanço nas políticas de tratamento isonômico na Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps – em busca de materialização do mote: ARROCHO NÃO! ISONOMIA JÁ!

Proposta 2: a2) Reposição salarial na data-base para docentes e servidores técnico-administrativos das três universidades e do Centro Paula Souza, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período maio/2014 a abril/2015, mais 3% a título de recuperação parcial de perdas históricas. Nova negociação salarial em setembro/outubro 2015.

Argumento: não devemos deixar de fora a referência a perdas salariais passadas, mesmo que reivindicando um percentual ainda que pequeno delas. Ponderamos que o pagamento da inflação do período deve ser entendido como o mínimo a ser concedido pelas reitorias.

Atenção para a segunda rodada

A segunda rodada de assembleias deve ser realizada até o dia 20/3 (sexta-feira). O Fórum das Seis voltará a se reunir no dia 23/3. A intenção é protocolar a Pauta 2015 até 27/3, de modo a viabilizar a realização de negociações já em abril, conforme compromisso assumido pelo Cruesp ao final da greve de 2014.

A Adunesp orienta as ADs locais e militantes nas unidades a agendarem as assembleias, informando data/local/horário para adunesp@adunesp.org.br.

GT "Permanência Estudantil"

Nas negociações entre Fórum das Seis e Cruesp, em 2014, foi acordada a constituição de dois Grupos de Trabalho (GT) para a construção de documento conjunto com definição de conceitos, diretrizes e princípios em dois relevantes temas: "Isonomia entre as três Universidades" e "Assistência e permanência estudantil", conforme consta no Comunicado Cruesp 03/2014.

Em sua reunião de 5/2/2015, o Fórum das Seis definiu indicar a seguinte composição para o GT "Assistência e permanência estudantil": dois estudantes de cada universidade + 1 docente + 1 técnico-administrativo, totalizando 8 membros. Foi solicitado às entidades estudantis que trouxessem, na reunião de 9/3, as suas indicações.

Apenas o DCE da Unicamp o fez até o momento, indicando os estudantes Sérgio Toshio Watanabe Jr. e Matheus Laborão Neto. Foram indicados para participar do GT "Permanência Estudantil" João Carlos Camargo de Oliveira (técnico-administrativo do Sintunesp) e Otaviano Helene (docente da Adusp), a serem confirmados na próxima reunião.

Contingenciamento, expansão, repressão...

Os principais pontos da reunião do CO em 26/2/2015

A reunião do Conselho Universitário de 26/2/2015 iniciou-se com duas apresentações. Na primeira delas, Rogério Buccelli, Assessor Chefe da Assessoria Especial de planejamento Estratégico – APE, expôs aos conselheiros os dados nada otimistas, relativos ao contingenciamento de verbas da Universidade aplicado pelo governo. Sobre o contingenciamento, leia mais no *box* na próxima página.

Sobre o compromisso de final da greve, de estudar a viabilidade de implementação do vale refeição em 2015, como se tem atualmente na USP e na Unicamp, Buccelli declarou ser inviável; e o reitor Julio Cezar Durigan completou dizendo que, ao invés de nos conceder o vale refeição, os servidores das outras duas universidades é que "podem perder o benefício".

A outra apresentação coube ao professor Carlos Roberto Grandini, presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Ele expôs os dados quantitativos relativos às atividades desempenhadas pela comissão. Grandini enfatizou o consenso em torno das decisões tomadas pelos membros no interior da comissão e afirmou que, em uma década de funcionamento, eles nunca precisaram votar uma única decisão para decidir pelo rebaixamento de um regime de trabalho. Ele afirmou, ainda, que o critério decisivo para a aprovação dos relatórios dos novos docentes é a vinculação aos programas de pós-graduação.

Ao término de sua apresentação, o representante da Adunesp, professor Fábio Ocada, perguntou se uma comissão que, durante uma década de existência, jamais elegeu seus membros e nem sequer votou as decisões tomadas, seria um modelo adequado a uma universidade que pretende ser democrática. A resposta de Grandini foi que "a CPA é uma comissão assessora da reitoria".

O representante da Adunesp manifestou a contrariedade da entidade em relação à compulsoriedade do credenciamento dos novos docentes aos programas de pós-graduação, uma vez que essa determinação sequer consta nos editais de contratação. Também questionou se haveria, por parte dessa comissão, alguma consideração no que diz respeito às repercussões das medidas tomadas pela CPA do ponto de vista da vida pessoal e familiar do trabalhador submetido ao rebaixamento do regime de trabalho. A resposta de Grandini foi confusa e evasiva. Durigan afirmou haver amparo na legislação estadual para a obrigatoriedade do credenciamento dos docentes.

Perseguição em Prudente

O diretor do *campus* de Presidente Prudente, Marcelo Messias, fez um esclarecimento acerca da manifestação da congregação local, contrária à abertura de apurações contra servidores mediante denúncia anônima ***(veja em anexo a este boletim)***. Os assessores da reitoria defenderam a prática, alegando a necessidade de se "proteger o denunciante em algumas circunstâncias particulares".

Nova Engenharia

Um dos pontos mais polêmicos na reunião do CO de 26/2 foi o item que tratava da "Alteração da denominação do segundo curso de engenharia do Campus Experimental de SJ da Boa Vista, de Engenharia de Materiais para Engenharia Aeronáutica."

A alegação da reitoria é que a criação de Engenharia de Materiais já estava aprovada e que, agora, seria apenas uma "troca" de nome do curso. Vários conselheiros se manifestaram, afirmando que os cursos eram muito diferentes e que haveria, obviamente, diferenças de custos e estruturação. Entre as críticas apresentadas, estava o fato de Engenharia Aeronáutica ser um curso de alta tecnologia, o que envolveria altas demandas financeiras, evidentemente um paradoxo neste momento em que se fala em crise, contingenciamento de recursos etc.

O reitor tomou a palavra de forma exasperada, dizendo que o novo curso deveria ser imediatamente aprovado pelos conselheiros, pois seria "inconcebível" devolver R$ 3 milhões ao governo, destinados à sua abertura. O representante da Adunesp argumentou que a "subserviência dos reitores às ordens do governo do estado" era um dos fatores responsáveis pelo atual colapso institucional, devendo ser revista criticamente à luz do conceito de autonomia universitária. Os conselheiros não poderiam sofrer coação, devendo dispor de

total autonomia para deliberar a respeito do tema, podendo inclusive rejeitar a proposta e devolver os recursos se assim julgarem procedente. Durigan defendeu-se alegando não se tratar de uma tentativa de coação.

O item foi incisivamente questionado pelos docentes dos *campi* de Guaratinguetá e Bauru. A conselheira Maria do Rosário, docente de Marília, propôs encaminhar a retirada do item da pauta para uma discussão mais aprofundada. Em votação, a proposta foi retirada de pauta, contando com uma única abstenção e nenhum voto contrário.

Representação discente

Já ao final da reunião, representantes dos servidores técnico-administrativos solicitaram esclarecimento acerca da ausência dos representantes discentes. Atendendo a solicitação, a secretária Maria Dalva informou que o prazo para formalização da participação dos representantes discentes nas reuniões do CO havia se esgotado.

O contingenciamento de recursos

No dia 16/1/2015, o governador Geraldo Alckmin editou o Decreto nº 61.061, estabelecendo, entre outros, um contingenciamento de recursos nas estaduais paulistas em 2015. No caso da Unesp, o montante é de R$ 36 milhões.

Na reunião do CO, Rogério Buccelli, Assessor Chefe da Assessoria Especial de planejamento Estratégico – APE, informou a proposta de corte discutida pela Comissão de Orçamento do CADE, reunida no dia 19/2, em Botucatu.

Naquela oportunidade, Buccelli havia apresentado uma proposta para os valores. Representantes docentes e técnico-administrativos (do "Chapão das Entidades) insistiram na defesa de que a Unesp dê uma resposta política ao governo: não executar a expansão este ano, prorrogá-la para 2016 e, assim, adequar-se ao contingenciamento. Mas não houve consenso em torno desta proposta e a Comissão acabou debatendo os itens que poderiam ser contingenciados, chegando a uma proposta diferente. No quadro abaixo, veja a proposta inicial da APE e o que acabou sendo definido na Comissão de Orçamento:

Item	Proposta inicial feita pela APE	Proposta aprovada na Comissão de Orçamento do CADE
1) Custeio das Unidades + Reitoria	R$ 3.500.000,00	R$ 3.500.000,00
2) Diárias previstas nas Unidades e Reitoria	R$ 1.500.000,00	R$ 2.000.000,00
3) Repasse para o Unesp Saúde	R$ 1.000,000,00	R$ 1.000,000,00
4) Plano de Desenv. Institucional (PDI/2015)	R$ 4.000.000,00	R$ 5.000.000,00
5) FUNDUNESP	R$ 2.500.000,00	R$ 3.000.000,00
6) Editora Unesp (FEU)	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
7) Programa de expansão – Engenharias	R$ 5.000.000,00	R$ 8.000.000,00
8) Vale alimentação	R$ 9.000.000,00	R$ 4.000.000,00
9) Horas extras	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
10) Grupo Pessoal e Reflexos	R$ 5.500.000,00	R$ 5.500.000,00
TOTAL	R$ 36.000.000,00	R$ 36.000.000,00

O contingenciamento não significa necessariamente um corte nos recursos, pois a medida pode ser suspensa pelo governo de acordo com o andamento da arrecadação.